

O DESAFIO DA
MULHER EM
GARANTIR A
EFETIVAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS

Discentes

Andressa Mendes
Antonio Ronieel B. Belém
Bárbara Davi do Nascimento
Caio Alexandre do Nascimento Silva
Daniela de Medeiros V. Rocha
Guilherme Souza Reis
Isabel Cristina P. D. de Almeida
Karen Lorrany Seixas de Oliveira
Raíssa Rocha L. Pereira
Renato Cruz D. Santos





UNIPROCESSUS



O Desafio da Mulher em Garantir a Efetivação dos Direitos Humanos

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da isonomia, estabelecendo que todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, promover a igualdade material em nossa sociedade ainda é um grande desafio, especialmente quando observamos que as mulheres ainda estão em desvantagem em termos de direitos e oportunidades. Essa desigualdade culmina em episódios recorrentes de violência doméstica, tornando fundamental a promoção da proteção e inclusão social da mulher para concretizar o princípio da isonomia.





Toda mul de classe, raça sexual, re educacional, id dos direitos funda à pessoa l assegurada e facilida violência, p sica e mental e se moral,

Lei Maria d

Lei Maria da Penha 11.340/2006 e Suas Características

1 Contexto Histórico

A Lei Maria da Penha é resultado de décadas de reivindicações e mobilizações das mulheres por seus direitos, após a constitucionalização dos direitos humanos e a revelação da violência como um desafio significativo enfrentado pela sociedade contemporânea.

Finalidade da Lei

A lei tem como objetivo primordial coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às vítimas, representando um marco na história do Brasil na luta pela igualdade de gênero.

Sujeitos da Violência

O sujeito ativo da violência pode ser qualquer pessoa, independentemente de gênero ou orientação sexual, enquanto o sujeito passivo é essencialmente a mulher, conforme previsto na lei.



Formas de Violência Doméstica e Familiar

Violência Física

Toda ação que cause dano à integridade ou saúde corporal da mulher, podendo resultar em lesão corporal ou até mesmo em morte.

Violência Psicológica

Qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima, prejuízo ao desenvolvimento ou controle das ações, crenças e decisões da mulher.

Violência Sexual

Desde o constrangimento
físico até a indução à
comercialização ou utilização
da sexualidade, impedimento
do uso de métodos
contraceptivos, forçamento ao
matrimônio, gravidez ou
aborto.



Formas de Violência Doméstica e Familiar (continuação)

Violência Patrimonial

Qualquer conduta que envolva retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos da mulher.

Violência Moral

Qualquer conduta que envolva calúnia, difamação ou injúria, geralmente associada à violência psicológica.



Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha

Medidas para o Agressor

Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, proibição de aproximação da vítima, de seus familiares e testemunhas, proibição de contato e de frequentar determinados lugares.

Prisão Preventiva

Pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, mediante representação do Ministério Público ou requerimento da autoridade policial.

1 2 3

Medidas para a Vítima

Afastamento do lar, recondução da vítima ao domicílio após o afastamento do agressor, separação de corpos, além de programas de proteção e atendimento multidisciplinar.



Desafios Persistentes

1 Dados Alarmantes

Em 2023, pesquisa revelou que três a cada dez brasileiras foram vítimas de violência doméstica, demonstrando que a luta ainda é persistente.

Neces s idade de Políticas
Afirmativas

São necessárias
políticas públicas como
educação para
transformar o
comportamento dos
autores, promover a
conscientização e
encorajar mulheres a
buscar sua autonomia e
liberdade.

Evolução
Contínua da
Legis lação
A contínua evolução e
aprimoramento da Lei
Maria da Penha são
essenciais para alcançar
uma sociedade
verdadeiramente
igualitária, justa e
segura para todas as
mulheres.

3



Importância da Lei Maria da Penha

Fortalecimento das Medidas Protetivas

A lei não apenas fortalece as medidas protetivas, como também proporciona mecanismos de suporte e acolhimento às vítimas, com a criação de Delegacias Especializadas, centros de referência e casas-abrigo.

Atendimento Integral às Vítimas

Esses locais oferecem atendimento psicológico, jurídico e social, fundamentais para a recuperação e reintegração das mulheres em situação de violência.

Construção de uma Sociedade Mais Justa

A Lei Maria da Penha representa um marco na luta pela igualdade de gênero e pelo combate à violência contra a mulher, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e segura.



Conscientização e Denúncia



Informação

Promover a conscientização sobre a gravidade da violência doméstica é fundamental para incentivar a denúncia e encorajar mulheres a buscar ajuda.



Empoderamento

Oferecer oportunidades de autonomia e liberdade às mulheres vítimas de violência é essencial para sua reintegração social e prevenção de novos episódios.



Rede de Apoio

A criação de uma rede de apoio, com serviços especializados e acolhimento multidisciplinar, é fundamental para amparar as mulheres em situação de vulnerabilidade.



A inclusão social é o ato de integrar na sociedade grupos historicamente marginalizados, conforme definido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988. Um dos aspectos cruciais dessa inclusão é a proteção e o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. enfrentam que desafios significativos para reintegrarem plenamente à sociedade após episódios de vulnerabilidade.

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, é uma resposta direta à essa necessidade, proporcionando não apenas punição aos agressores, mas também medidas preventivas e assistenciais. Este marco jurídico representa um avanço significativo na proteção das mulheres e um passo crucial na luta pela igualdade de gênero.



Tipos de Violêcia

- -Violência Física
- -Violência Sexual
- -Violência Moral
- Violência Psicológica
- Violência Patrimonial



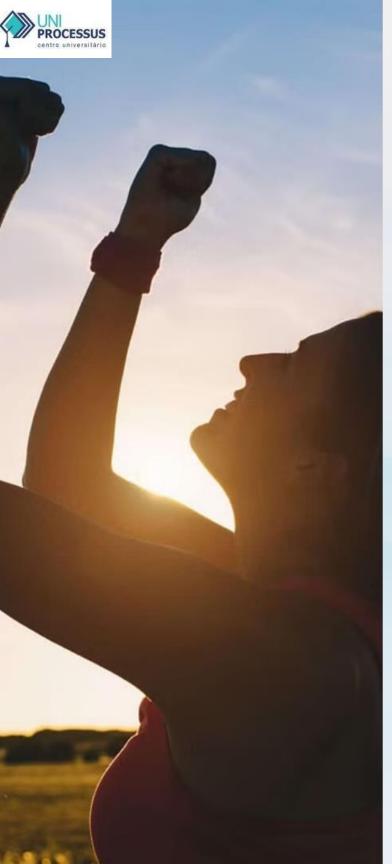
Onde denunciar?

Central de Atendimento à Mulher Ligue 180

No app "Direitos Humanos Brasil"

Rede de apoio

- -Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)
- Delegacias de Defesa da Mulher
 (DDMs)
- -Defensoria Pública
- -Casas de assistência



Conclusão

1

Avanços Conquistados

A Lei Maria da Penha representa um importante avanço na luta pela igualdade de gênero e no combate à violência contra a mulher no Brasil.

Desafios Persistentes

Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir a efetivação dos direitos das mulheres e a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Necessidade de Evolução Contínua

A contínua evolução e aprimoramento da legislação, aliada a políticas públicas efetivas, são essenciais para alcançar a plena proteção e inclusão social das mulheres.